

Desenvolvimento do *Capital*, desqualificação da força-de-trabalho e desemprego: a *Economia Solidária* em discussão*

Prof. Aécio Alves de Oliveira**

Resumo

O referencial teórico, político e metodológico, proposto neste artigo, partiu da compreensão de que o processo de reprodução do capital, tal como hoje se apresenta, tem como tendências marcantes a redundância do "trabalho vivo", expressas na desqualificação da força-de-trabalho, na indiferenciação decorrente da divisão técnica do trabalho e no desemprego crescente. Este processo, inexorável na perspectiva do capital, vem engendrando a ampliação de múltiplas e variadas atividades econômicas que parecem constituir o que se procura denominar de "Economia Solidária". O interesse central relacionado a um esforço de teorização acerca do conceito de "solidarismo". Para tanto é importante percebê-lo qualitativamente, através de variáveis e indicadores que permitam situá-lo diante do que não é, a partir do que existe. Neste sentido, quanto mais "distante" estiver a organização e funcionamento de um empreendimento associativista, da empresa tipicamente capitalista, mais próximo estaria da "Economia Solidária".

Introdução

O capital, em seu desenvolvimento, explicita uma pedagogia de aprimoramento das formas de consumo da força-de-trabalho que pode ser percebida nos vários momentos de sua reestruturação econômico-produtiva. Na atualidade, assiste-se a uma maior sofisticação na aplicação de antigas normas de organização do trabalho, associando intensificação, extensão da jornada e relaxamento de direitos dos trabalhadores, num contexto de desregulamentações generalizadas no âmbito da circulação de mercadorias e do capital, sobretudo na sua forma financeiro-especulativa. São mudanças importantes estimuladas pela lógica da acumulação que caracterizam uma nova ofensiva fetichizada do capital com a disseminação e utilização dos chamados "novos conceitos de produção", tais como, "qualidade total", "reengenharia", "produção enxuta" (*job enrichment, job enlargement, lean production, just in time*), e tantos outros, ao lado da macro-tendência expressa na adoção das diversas modalidades de subcontratação (novas relações de subordinação entre cliente-fornecedor, organização de condomínios fabris, patrocínio estatal da formação de cooperativas de trabalhadores para o capital, etc). As novas modalidades de subcontratação, quase sempre viabilizadoras de uma ampliação da jornada de trabalho fora da empresa-contratante - a "redescoberta" da *mais-valia absoluta* -, sem o cumprimento da legislação trabalhista vigente, particularmente quanto ao pagamento de encargos pelo capital contratante. Ao mesmo tempo, os "novos conceitos de produção" sistematizam a produção (enxuta) de *mais-valia relativa*. No

conjunto, são mudanças contribuindo para o aumento da exploração da força-de-trabalho e da precarização do emprego, bem como do desemprego e ampliação do empobrecimento.

De um modo geral, os padrões tecnológicos e organizacionais que vão sendo gestados ao longo do desenvolvimento do capital podem ser visualizados como uma superação em andamento de formas anteriores de consumo de força-de-trabalho. No presente, trata-se de um padrão "derivado" do taylorismo-fordismo cuja generalização deverá acentuar os conflitos relativos às anteriores (e ainda vigentes) relações de trabalho (sobretudo a relação salarial) e aos padrões de consumo estabelecidos. Como o desenvolvimento do capital é uma permanente "contradição em processo", as transformações tecnológicas e organizacionais da etapa atual deverão agudizar a contradição entre o fenomenal avanço das forças produtivas - expresso nos aumentos da produtividade do trabalho -, e as relações sociais de produção que lhes servem de suporte. As inovações em andamento são parte, portanto, de uma transição conflituosa, um "revolucionamento em processo", suportada (ainda) pela "financeirização da economia". Esta, por sua vez, ao mesmo tempo emperra a generalização das inovações e constitui uma esfera de valorização para os encaixes excedentes pertencentes aos grandes capitais. Assim, a crise estrutural do capital exterioriza-se através da eliminação de postos de trabalho, aliada ao desmonte dos direitos e conquistas individuais e sociais dos trabalhadores, completando o cenário de "horror econômico" com que a humanidade vem se deparando, visibilizado de maneira mais contundente nesta última década do Século XX.

Na essência e na origem das transformações operadas está o caminhar do capital e sua ofensiva para aprofundar a *subsunção real* do trabalho para si. O aprendizado do capital permite-lhe perceber - e superar enquanto lhe for possível - os limites que impedem sua expansão e introduzir mudanças de caráter técnico e/ou organizacional a fim de alcançar uma maior produtividade do trabalho. Os instrumentos/ máquinas mais aperfeiçoados e os novos processos organizacionais são utilizados para criar melhores condições de enfrentamento na disputa entre "opostos semelhantes". De um lado, a ofensiva para aprofundar a *subsunção real* do trabalho ao capital resolve-se na arena do confronto de "opostos dessemelhantes" (capitalistas e trabalhadores); de outro, uma luta para consolidar e ampliar espaços de mercado em detrimento de oponentes semelhantes (entre capitalistas).

A evolução histórica (e lógica) das formas de consumo da força-de-trabalho,

manifestada no aumento da produtividade do trabalho, embute um processo de qualificação-desqualificante desta mercadoria. Tal processo é a revelação da perda de importância do chamado produtor imediato e a redução deste à condição de apêndice vivo de um organismo morto. Com a utilização de máquinas-ferramentas mais sofisticadas, a habilidade e a virtuosidade particular dos trabalhadores contam cada vez menos e sua condição de "apêndice da máquina" os torna cada vez mais desqualificáveis e substituíveis. Tal tendência se acentuará com a "acumulação flexível" que caracteriza a reestruturação do capital na atualidade.

A transformação capitalista das técnicas de produção e das formas de consumo da força-de-trabalho afetam profundamente o trabalhador subjetiva, política e ideologicamente, tendo em vista as novas condições e relações de trabalho que vão sendo introduzidas no interior das empresas capitalistas e que afetam a própria vida em sociedade. Contraditoriamente, o progresso técnico, ao aumentar a produtividade do trabalho, se faz acompanhar da tendência à diminuição das necessidades de força-de-trabalho. No contexto atual do capitalismo, tal resultado torna-se significativo em função do contingente de desempregados, reforçando a dominação coletiva dos capitalistas sobre os trabalhadores. A correlação de forças favorece a imposição de salários, de disciplina e de condições de trabalho mais "lucrativas" para o capital.

A adoção de formas flexíveis de consumo da força-de-trabalho para superar a rigidez típica do taylorismo-fordismo, encontra um ambiente adequado neste momento de crise aguda, "facilitando" a adesão dos trabalhadores ao projeto do capital. Trata-se de formas de alienação que conduzem a uma interiorização profunda do ideal do capital, para além do processo de expropriação do saber dos trabalhadores, e menos visíveis do que a qualificação-desqualificante que a estes vem impondo ao longo do seu desenvolvimento. Portanto, a reestruturação do capital, além de uma resposta ao acirramento da concorrência intercapitalista, é uma nova ofensiva na direção de um maior controle sobre o movimento operário e sobre a luta de interesse de classes.

Com a exacerbação do fosso entre a minoria que se dedica à concepção e ao gerenciamento do trabalho, e a maioria que se dedica à execução de tarefas cada vez mais simples, reduzem-se de forma generalizada os custos de treinamento e das novas especializações, inclusive, pode-se dizer, na esfera da concepção. Isso porque, sendo a *subsunção real* do trabalho um objetivo permanente do capital, não se justifica, lógica e historicamente, o surgimento de novos métodos e técnicas de produção e de

organização do trabalho que impliquem, como regra geral, a necessidade de um "perfil de qualificação mais elevado do trabalhador", e principalmente que implique em um maior montante de capital destinado à compra de força-de-trabalho. Embora se possa dizer que, em determinadas circunstâncias, seja necessário um trabalhador de elevada capacitação técnico-intelectual, para poder atuar em novos processos produtivos, dever-se-ia também (acertadamente) complementar que tais "postos de trabalho" serão reservados a um número diminuto de "novos trabalhadores" (por exemplo, profissionais da mecatrônica) e que futuramente também serão atingidos por processos outros de desqualificação. Por outro lado, não deve causar surpresa o fato de que se possam justificar exigências de "elevada qualificação da mão-de-obra", muitas vezes descabidas para certos empregos. Tais exigências são peças de um discurso que serve para difundir a idéia de que a "culpa" pela não obtenção de "mais e melhores" empregos cabe aos detentores de força-de-trabalho (que têm baixa escolaridade e não se prepararam profissionalmente para as novas tecnologias); e também ao sistema educacional em todos os níveis, por não estar devidamente estruturado para atender às "novas" exigências postas pelo mercado de "trabalho", e pela competitividade internacional.

As razões do Capital para desqualificar o Trabalho

Do ponto de vista técnico, a divisão do trabalho é uma forma de diferenciação de funções produtivas que subentende uma forma social de cooperação ou de coerção. Trata-se da reunião de pessoas num corpo social organizadas para determinada finalidade, as quais desenvolvem tarefas qualitativamente distintas. A divisão do trabalho no âmbito de uma organização manufatureira capitalista é um caso especial de diferenciação funcional em que a cooperação é imposta: para cada pessoa está previamente atribuída uma tarefa que caracteriza sua ocupação. A eficiência do trabalhador torna-se crescente porque sua fixação numa ocupação o faz repetir a mesma tarefa: repetição e destreza formam um binômio importante para o aumento da produtividade do trabalho.

Dentro dessa perspectiva há que se chamar a atenção para o fato de que um primeiro efeito da divisão técnica do trabalho é restringir o domínio de ação do trabalhador, pois cada um terá que se concentrar no desempenho da função que lhe fora designada. Na realidade, as funções desempenhadas por todos compõem a

diferenciação funcional vinculada a um capital particular, sendo que cada ocupação corresponde à qualificação por este atribuída. Nesse sentido, ocupação confunde-se com especialização funcional e o profissional recebe sua qualificação específica de acordo com o que ele faz dentro da diferenciação de funções preexistente no corpo social que é uma empresa capitalista. A divisão do trabalho, na medida em que restringe o uso das capacidades física e mental ao desempenho de funções simples, provoca um efeito alienante sobre as pessoas ao reduzir a apropriação da cultura existente no entorno onde estão situadas. Contraditoriamente, cresce a riqueza nacional e empobrece o cabedal cultural pessoal relativamente à totalidade desta, principalmente quando se compara a realidade atual àquela dos trabalhadores de épocas passadas.

Contudo, a negatividade produzida pela divisão capitalista do trabalho traz consigo os germes de sua própria negação, justamente por estar positivamente correlacionada à produtividade do trabalho, e por provocar também mudanças qualitativas as quais, no conjunto, desencadearão a tendência a sua eliminação. Tal afirmação está respaldada na (ir)racionalidade do capitalismo que o leva a operar no sentido do esgotamento das possibilidades da divisão do trabalho - extensão e intensidade máximas - e na tendência à destruição de postos/funções de trabalho. Com a simplificação das tarefas, abre o caminho para suprimir a especialização, sendo tal supressão visível e expressa no chamado "enriquecimento do trabalho", quando os trabalhadores ainda remanescentes desempenham diversas tarefas que foram gradativa e às vezes drasticamente simplificadas.

A tendência ao esgotamento das possibilidades da divisão do trabalho foi fecundada quando da junção do "velho" e do "novo" característica da *Manufatura*. Neste momento do desenvolvimento do capital, a reprodução ampliada e o alargamento das possibilidades da acumulação de capital dependiam da extensão e intensificação da fragmentação do trabalho. O "velho" era justamente a herança generosa expressa na virtuosidade dos trabalhadores lapidados dentro dos sistemas formativos de então; e o "novo", os movimentos físicos diferenciados exercitados individualmente na produção de determinada mercadoria, os quais, por conta da repetição, potencializavam negativamente aquela virtuosidade na medida mesma da fragmentação do trabalho introduzida. Nessas circunstâncias, o aumento da produtividade esperado com a divisão técnica do trabalho dependia do aumento da destreza dos trabalhadores. Do ponto de vista de um capital particular, a divisão do

trabalho deverá ser levada ao máximo porque, além de reduzir o valor individual da mercadoria, favorece um controle mais efetivo sobre o processo de trabalho, permitindo-lhe estabelecer "tempos e movimentos" para cada fase da produção. O ensinamento - a positividade para o capital - é que a divisão do trabalho implica em eficiência econômico-produtiva e possibilidades de lucros mais elevados.

O desenvolvimento posterior do capital, com o surgimento da "máquina" - o momento da *Grande Indústria* -, deverá revelar uma tendência ainda mais efetiva quanto a suas possibilidades de autovalorização. Os limites que se apresentavam à acumulação sugeriram ao capital a necessidade de eliminar a dependência do aumento de produtividade aos gestos manuais (mesmo que racionalizados) e ao aumento da destreza dos trabalhadores. Com a introdução das "máquinas", a virtuosidade dos trabalhadores pode ser transferida para o "trabalho morto", inaugurando um processo mais visível de *qualificação-desqualificante* da força-de-trabalho. Ademais, são montadas as bases materiais para a redução das diferenças entre os *skills* dos vários ramos da produção. Os processos de desqualificação e de indiferenciação surgem a partir da *maquinofatura*, tomando maior concretude com a *automatofatura*.

Com a "acumulação flexível" e a automação do processo de trabalho, os movimentos físicos requeridos tendem a se tornar uniformes e quase fixos. Não poderia ser outra a tendência, uma vez que a produção passa a ser crescentemente dominada pelo "trabalho morto", e cada vez menos dependente da interferência imediata dos trabalhadores. A *Cooperação Simples* e a *Manufatura* foram momentos do desenvolvimento do capital nos quais ocorria o consumo de uma força-de-trabalho que poderia ser dita *qualificada*. Agora, a condição de "apêndice da máquina" restringe, tendencialmente, a atividade dos trabalhadores a funções de supervisão e de manutenção das "máquinas" - uma espécie de *robot-sitter*. Levada ao limite, tal condição sugere que, independentemente das qualificações profissionais acumuladas pelos trabalhadores, não deverão ser notadas acentuadas diferenças reais entre aquelas (qualificações) que lhes atribuem os distintos capitais individuais. Tal indiferenciação torna-se mais visível quando comparadas às situações características da maquinofatura (*Grande Indústria*) e mais ainda na *Manufatura*. Ao mesmo tempo, a divisão do trabalho, ao ser crescentemente disseminada, a partir de certo "ponto" deverá sofrer uma sensível inflexão e posterior e drástico declínio, para finalmente configurar sua auto-negação. Mesmo antes desse "ponto", o trabalho passa a requerer cada vez menos conhecimento dos trabalhadores imediatos; e nele, atinge sua máxima

desumanização cristalizada na monotonia e fixidez do movimento físico (ou seja, na quase imobilidade) e sem o uso do intelecto.

Algumas conclusões podem ser condicionalmente vislumbradas. Caso ainda continuem a prevalecer as relações sociais próprias da lógica do capital, a automação dos processos de produção levada ao limite, ao cristalizar a desumanização, contribuirá para o fim da sociedade baseada no trabalho humano, mesmo que alguns poucos continuem desempenhando as poucas funções remanescentes. Como já insinuado, isso assim ocorreria face à tendência observada quanto à redução do trabalho ao nível da mais completa simplificação, podendo ser executado por qualquer pessoa, "física e mentalmente capaz", e em número decrescente. A desqualificação que atinge a força-de-trabalho faz parte do mesmo processo acentuado de tornar supérflua a presença de seus detentores nos locais de produção.

A redundância do "trabalho vivo", a indiferenciação e a qualificação-desqualificante provocada pela automação tornam cada vez mais difícil a obtenção e permanência em algum "posto de trabalho" - expressão que substitui adequadamente o termo "emprego" -, não apenas aqueles vinculados à esfera imediata da produção de bens e serviços. Por outro lado, contraditoriamente, os níveis de produtividade alcançados pelo trabalho sob o comando do capital abrem amplas possibilidades para que muitas pessoas possam ser incluídas. Porém, uma inclusão que exigiria um mínimo de tempo de suas vidas nos locais de trabalho existentes, deixando-lhes a liberdade de reservar (ou não) o "tempo liberado" para atividades relacionadas à cultura e/ou lazer. Na atualidade, e cada vez mais evidente, apenas segmentos da classe dominante estão livres do trabalho monótono e estressante imposto à maioria, o que lhes permite dedicar boa parte de seu tempo a atividades mais distantes do dia-a-dia da exploração do trabalho alheio, incluindo-se, por exemplo, aquelas vinculadas à esfera da superestrutura da sociedade.

A elevação da produtividade ao "infinito" tornaria socialmente desnecessária a fixação de alguém numa única atividade por um longo tempo, neste caso com poucos assumindo o lugar de muitos que foram forçados à ociosidade. Tal resultado leva a considerar como plausível, que o avanço das forças produtivas, se democratizado, poderá viabilizar a inclusão de todos, facultando-lhes a dedicação ao "tempo livre", ao exercício de "funções nobres" que, além de desejáveis poderão contribuir para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Como um corolário, a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual deverá desaparecer, pois este

último torna-se crescentemente redundante. Desse modo, a "acumulação flexível" e a automação da produção levadas ao limite determinarão o desaparecimento da divisão do trabalho, esta agora expressa principalmente na separação entre concepção/gerência e execução do trabalho. Neste sentido, podem reduzir tanto a necessidade de trabalhadores de execução quanto aqueles situados na esfera da concepção/gerência. (Estes últimos também, pela própria e eterna necessidade do capital tomar para si toda a responsabilidade do processo.) Assim, o desenvolvimento do capital que produz a qualificação-desqualificante enquanto negatividade, também produz as bases materiais para a negação desta negação que seria concretizada a partir da conquista do "tempo livre" para todos. Como consequência, produz a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual e o desaparecimento da distinção de classes.

As implicações e conclusões apresentadas trazem implícitas que as mesmas não poderão mais estar referidas aos estreitos limites das relações sociais determinadas pela lógica do capital. A superação da divisão do trabalho terá que se desenvolver num processo de lutas e de construção de espaços de trabalho e de vida para mediar uma suportável transição e uma preparação para "novas relações de produção" não mais baseadas no antagonismo, na coerção, no confronto, no *darwinismo* social. A realidade a ser enfrentada, em face do fantástico material tecnológico acumulado, acrescida da complexidade das interações humanas subjacentes, deverá exigir um monumental processo educativo e de lutas políticas para desenvolver junto a segmentos expressivos e decisivos da sociedade uma compreensão geral e consistente de como funciona todo este complexo técnico-social erigido com o capitalismo. Tal processo não será bem sucedido se cada um continuar canalizando suas energias criativas para uma função particular, mesmo que em benefício próprio. É importante que todos participem da construção de condições para ampliar o leque de suas aptidões, tendo a *omnilateralidade* como princípio para a realização de uma nova síntese.

A necessidade urgente de um *Novo Projeto Histórico*

As negatividades produzidas pelo capitalismo apontam para a necessidade urgente da elaboração de um *Novo Projeto Histórico*. A elaboração do que venha a ser tal projeto e a viabilidade de sua implementação certamente, e como sempre,

dependerá do apelo que contenha para arraigar-se nas mentes e nos corações da maioria e de se converter numa força objetiva para desconstruir a (des)ordem capitalista. Sendo a ordem vigente impeditiva do acesso à propriedade em geral e a decisões que afetam a vida da maioria, pela inexistência de mecanismos transparentes e eqüitativos para todos; e como a mesma não garante a reprodução material e cultural adequada para 80% dos cidadãos do mundo; fica demonstrada sua completa falta de legitimidade.

A primeira negatividade e fonte de ilegitimidade produzida pelo modo de produção capitalista deve ser percebida como decorrente da separação entre produtores e meios de produção, da transformação da força-de-trabalho em mercadoria, da produção de *mais-valia* e o conseqüente deslocamento dos seres humanos do centro da produção. Sendo a relação entre capitalistas e assalariados de caráter puramente mercantil, o "contrato" que firmam entre si é de tal qualidade que o segundo se põe a serviço do primeiro, trabalhando sob seu comando e renunciando à propriedade sobre o produto de sua atividade. Isso é assim porque, embora o trabalhador tenha as condições para o capital - o trabalho-mercadoria para a valorização do capital - não têm as condições de trabalho, que lhes são externas e pertencem ao capitalista. Face à separação já efetiva entre trabalho e propriedade, o trabalhador, ao alienar o uso de sua força-de-trabalho, também aliena o resultado deste uso, tendo, na reciprocidade estabelecida com o proprietário dos meios de produção, apenas uma parte do produto como sua contrapartida. Assim, fica revelado o fundamento sociológico da constituição do capital, da transformação do dinheiro em capital.

Pode-se dizer, então, que, na sociedade capitalista, a validação da existência biológica e social de uma pessoa despojada de meios de produção passa pela venda de sua força-de-trabalho no mercado desta mercadoria. (Eventualmente de algo que alguém ofereça para venda.) Desse modo, por sobre a maioria expressiva da população, há uma imposição econômico-social tal que "... para "merecer" viver, deve mostrar-se "útil" à sociedade, pelo menos àquela parte que a administra e a domina: a economia, mais do que nunca confundida com o comércio, ou seja, a economia de mercado. "Útil", aqui significa quase sempre "rentável", isto é, lucrativo ao lucro. Numa palavra, "empregável" ("explorável" seria de mau gosto!)." É importante perceber que esta imposição econômico-social vai adquirindo maior consistência com a transformação do processo de trabalho em *processo real do capital*, com a

subsunção real do trabalho ao capital, uma situação social na qual a força-de-trabalho está incluída - e negativamente incluída -, e como que transformada em capital, passando a compor seu próprio organismo. Compõe este organismo negativamente, pois é nele integrado no ato da compra, através da qual o capital efetiva, com esta força, com o uso dela, o processo de produção de *mais-valia*. Assim, os seres humanos interessam apenas enquanto podem ser ajustados à engrenagem da maquinaria produtiva do capital, mesmo que suas qualidades humanas sejam consideradas um obstáculo à obtenção de máxima eficiência do sistema. Nesse sentido, explica-se lógica e historicamente todo o esforço empreendido pelo capital para tornar sua a completa responsabilidade do controle sobre o processo de trabalho a fim de extrair um montante de *mais-valia* maior possível.

A sociedade do trabalho-mercadoria sugere como perspectiva a apropriação de "trabalho morto" - seja expresso na mercadoria (meios de produção) e/ou no dinheiro - como forma inescapável de realização individual, transformando-se assim num sistema cruel de escravidão da alma humana. Na luta histórica entre as classes travam-se embates de interesses: capitalistas procurando ampliar a parcela de *trabalho não-pago* e trabalhadores em busca de compensações para elevar sua parcela de retribuição no produto por ele mesmo gerado. Ambos submetidos à mesma lógica para atingir os respectivos objetivos, embora em condições desiguais. Com tais características, a luta, desde que limitada a interesses de classes, constituir-se-ia, portanto, numa contradição legitimadora da produção mercantil sob o controle do capital.

A reflexão até aqui desenvolvida leva à conclusão de que, pela "vontade" do capital, toda a sociedade deverá ser submetida à lógica da produção da *forma-valor*. Essa conclusão revela que, contraditoriamente, capital e trabalho, trabalhadores e capitalistas, apresentam-se como duas faces de uma mesma moeda, diferenciando-se pela qualidade individual (ou de classe) e pela quantidade de "trabalho morto" apropriado. Uma vez que, por razões econômicas, históricas e sociais, toda a sociedade está praticamente submetida à *forma-valor*, a luta por um volume maior de "trabalho morto", seja sob a forma de mercadoria ou de equivalente geral, tornou-se a *raison d'être* dos indivíduos.

A Economia Solidária: uma discussão teórica em construção (preliminar)

A razão do capital levada às "últimas conseqüências" sugere a necessidade

da construção de uma transição que favoreça a geração de riqueza e a recomposição de laços de sociabilidade sobre novas bases. Trata-se de uma transição que se revela necessária e possível dentro das atuais condições históricas do mundo capitalista e que precisa ser levada até o limite de suas contradições diante. O contraponto enquadra-se na necessidade da construção de espaços de trabalho e de vida, fora da lógica da apropriação capitalista, cujas formas de sociabilidade situem-se para além do capitalismo e para dentro de uma perspectiva que tenha como eixo a conquista de uma sociedade que produza as condições materiais e culturais para a emancipação do Homem. Nesse sentido, o desenvolvimento e a promoção de atividades associativistas que incluam a criação de espaços de trabalho, de cultura e de melhorias da qualidade de vida para a maioria da população, afiguram-se como valores de um contraponto para recompor o tecido social esgarçado em consequência da finalidade que orienta a economia capitalista. Em resumo, um espaço da diversidade, de estímulos à criatividade e à solidariedade na produção da riqueza material e cultural, contendo novas formas de organização do trabalho e da produção dentro de uma lógica de *inclusão*, cujo princípio seja a *autogestão* e a *solidariedade*, mais distante possível da órbita de dominação direta do capital. Tal transição apoia-se na percepção das tendências e contradições próprias do capital, resumidamente apontadas e observadas, as quais sugerem a necessidade da humanidade subverter a lógica da trajetória até então conduzida pelas classes dominantes. Ou seja, uma subversão que congregue forças motivadas para a construção de um futuro que não pode ser uma continuação do passado, pois os desgastes sofridos pelo homem e provocados ao meio ambiente de há muito estão no presente. Não pode ser uma construção imposta, para além das atuais possibilidades concretas de seus interessados, mas sim um processo pedagógico que inclua no seu desenrolar a elevação da consciência crítica assentada numa utopia "experimentada".

Que alternativas podem ser percebidas e que estariam sendo impulsionadas pela crise da "sociedade do trabalho" em sua fase atual? Que respostas têm sido buscadas e caminhos assumidos, individual ou coletivamente, por ex-assalariados e outros, para enfrentar sua condição de excluídos? Nessa sentido, diversos empreendimentos econômicos têm surgido e se multiplicado na esteira do contexto da crise provocada pela atual reestruturação econômico-produtiva do capital, enquanto alternativas de trabalho e renda, também em países que compõem a banda desenvolvida do capitalismo. Qual a natureza de tais empreendimentos quanto a sua

organização e lógica de funcionamento? Teriam capacidade para resistir isoladamente ao embate com empresas capitalistas? Parece que se está diante de uma realidade cuja identificação exige um esforço de teorização, complementado pelo conhecimento de experiências no espaço da diversidade em que se transformou o "mundo do trabalho".

Há um inclinação em denominar os empreendimentos que conformam essa diversidade polimorfa como pertencentes à "Economia Solidária". O fato da ampliação estar ocorrendo num momento de crise da sociedade do trabalho comandada pelo capital parece ter sido suficiente para classificá-los como solidários. Antes de assim denominá-los é preciso que sejam delineados contornos com base na contraposição com o que não é e a partir do que existe - as empresas capitalistas.

O que existe de característico nos empreendimentos econômicos capitalistas e que os impossibilita de serem tidos como organizações associativistas e autogestionárias? Isto por si remete ao cerne das relações sociais de produção capitalistas, sintetizadas na apropriação individualizada do excedente produzido. Assim ocorrendo, tem-se um empreendimento econômico no qual há uma "cooperação heterônoma" de muitos (ou de poucos) e uma "apropriação autônoma" de poucos (ou de uma única pessoa), mas nunca uma organização de trabalho caracterizada por cooperação e práticas democráticas de autogestão. Não sendo um empreendimento econômico de natureza capitalista, poder-se-ia falar da possibilidade da existência de "solidarismo" (cooperação e autogestão), mesmo que restrito apenas ao plano econômico, tendo a propriedade coletiva (e não estatal) dos meios de produção como condição necessária.

À diversidade de situações previsíveis poderão estar associadas práticas diferenciadas de cooperação (solidarismo) e de autogestão, tanto no que se refere ao funcionamento dos empreendimentos, quanto a relações que eventualmente possam se estabelecer entre congêneres, no sentido de sua horizontalidade ou verticalidade. É possível, contudo, que práticas de "solidarismo e autogestão" se restrinjam apenas ao atendimento imediato de necessidades daqueles envolvidos nos empreendimentos econômicos, sem que exista qualquer vinculação com outros de um mesmo ou de outro ramo de atividade. Esta modalidade, provavelmente, será a tendência inerente à atual heterogeneidade na qual se situa o objeto da reflexão aqui apresentada. Nessa circunstância, poderiam ocorrer experiências de solidarismo "internalizadas", cujos limites e possibilidades de permanência tenderiam a ser mais estreitos do que outras nas quais os empreendimentos estivessem integrados a uma "rede" de inter-relações

também solidárias.

Nessa perspectiva - a da diversidade de empreendimentos supostamente solidários -, pode-se falar de "grau de solidarismo", para fazer uma contraposição ao conceito kaleckiano de "grau de monopolização" referido à concorrência entre empresas capitalistas. Com base em Kalecki é possível depreender que, "grau de monopolização" elevado denotaria uma situação de poder de um, ou de poucos, sobre a economia e a sociedade. Sobre a economia, por conta do fato de determinado empreendimento econômico capitalista se apresentar como dominante no mercado e isto significar uma maior capacidade de administrar preços e de dar respostas a oscilações da demanda; e sobre a sociedade, pelo fortalecimento da influência política de poucos com o conseqüente estreitamento do espaço para o exercício da democracia (econômica e política) pelos muitos que vão ficando à margem das decisões sobre suas próprias vidas. No plano internacional, a atuação dos chamados "grandes grupos econômicos", e o "grau de monopolização" por eles alcançado, define e delimita o espaço de autonomia para elaboração e implementação de políticas sócio-econômicas e de construção da soberania de muitas nações, notadamente para aquelas pertencentes ao grupo das economias dominadas.

Portanto, a construção teórica do conceito de "solidarismo econômico" e a definição de variáveis e de indicadores para aferir empiricamente o grau em que é praticado, assume a importância de uma tarefa política, uma vez entendida e realizada, como já referido, enquanto contraponto ao que não é e a partir do que está. Deve ser tratada como uma construção estrategicamente orientada para a superação das relações sociais de produção vigentes, com a eliminação de todas as formas de alienação que lhes são próprias, evidentemente sujeita a avanços e retrocessos próprios de um processo que se opõe à racionalidade dominante, justamente por se desenrolar nos limites das contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

O ponto de partida para a construção do conceito de solidarismo econômico é, portanto, primeiro situá-lo diante do que não é: um empreendimento econômico no qual a finalidade da atividade seja a produção de *mais-valia* (lucro) e sua apropriação pelo proprietário capitalista, não pode ser dito solidário. Como um corolário, todo e qualquer empreendimento que contenha tal conotação, direta ou indiretamente comprovada, independentemente da denominação - pequena empresa, cooperativa, associação, assentamento, etc -, ficará enquadrado numa situação na qual permanecem ou são cultivados resquícios (em algum grau) de negação de princípios

de "solidarismo". Em segundo lugar, é importante estabelecer qualificações adicionais que irão demarcar a amplitude do "solidarismo" e identificar práticas desalienantes no ato de produzir as condições materiais de vida daqueles que participam dos empreendimentos. Solidarismo não se limitando apenas à partilha do excedente, como também estreitamente vinculado a sua produção. Ou seja, terá que incluir práticas autogestionárias no funcionamento dos empreendimentos, nas quais concepção e execução estejam articuladas e compreendidas por todos, e culminar com uma partilha do excedente coletivamente definida. No seu conjunto, um empreendimento que se pretenda "solidário e autogerido" deverá expressar em que medida há um processo de construção de espaços alternativos de trabalho e de vida que configurem a possibilidade de emergirem novas formas de sociabilidade para além daquelas produzidas apenas no espaço do trabalho. Se por um lado, "solidarismo econômico" significar partilha consensual de resultados, por outro, a produção destes resultados deve ser empreendida de modo que ocorra a participação efetiva de todos nas decisões; dentro de um ambiente de cooperação e de confiança mútua; coexistindo com instâncias em que se possa praticar uma "justiça alternativa" para resolução de conflitos interpessoais ou políticos; e, finalmente, mas não por último, acompanhada de ações formativas permanentes de natureza técnica, política e cultural. Nesse sentido, "solidarismo e autogestão" compõem o centro da dimensão conceitual a ser construída e para tanto há a necessidade de extrapolar os limites dos empreendimentos, tendo como horizonte uma nova ordem social na qual se poderiam desenvolver condições de efetiva emancipação. Isso demandaria a elevação da **consciência política crítica** para fundamentar a ampliação da **responsabilidade social** na direção de questões gerais (econômicas, sociais e ambientais) e principalmente de superação do modo de organização da sociedade capitalista..

Dentro de tais princípios e pressupostos, o conceito deverá emergir a partir da construção de categorias resultantes de variáveis e indicadores que permitam, na sua composição, aferir o "grau de solidarismo" de cada empreendimento econômico, além daquelas que serão utilizadas para identificar as "causas dominantes". É possível, portanto, construir uma escala de aferição do "grau de solidarismo" para correlacionar a diversidade dos empreendimentos econômicos a fatores que motivaram e impulsionaram seu surgimento e àqueles que estão na base do seu funcionamento na atualidade. A partir da relação entre "grau de solidarismo" e suas "causas dominantes", poderão ser inferidas algumas tendências, tomando por base a

sustentabilidade sócio-econômica e as mudanças observadas na qualidade de vida possibilitada pelos diversos empreendimentos.

O processo de aferição do "grau de solidarismo" contemplará também variáveis e indicadores resultantes de atributos de qualificação de cada empreendimento, deverá conformar uma racionalidade, não apenas econômica mas, sobretudo, uma postura sócio-política oposta àquela contida no chamado "espírito empreendedor" que paira sobre as organizações capitalistas. Alguns dos atributos estarão relacionados a práticas responsáveis pela coesão interna dos empreendimentos, tendo em vista a produção das condições materiais e de vida dos participantes. Os atributos, associados à organização e funcionamento dos empreendimentos, bem como à distribuição de resultados, servirão para identificar o que se poderia chamar de solidarismo "para dentro" ou "internalizado". Outros deverão ser identificados a fim de compor indicadores a partir de uma perspectiva para além dos espaços de trabalho e de vida construídos internamente. São, principalmente, aqueles reveladores do comprometimento e da responsabilidade social para com melhorias materiais da comunidade em torno da qual se situam os empreendimentos e relacionados à eco-sustentabilidade, e, sobretudo, ao desenvolvimento de relações solidárias de comércio, de troca e de intercâmbio com empreendimentos congêneres e com a divulgação e demonstração de práticas de solidarismo para estimular a multiplicação de outros – através de “redes” - num processo comprometido com transformações de longo prazo. Este segundo conjunto de indicadores deverá aferir o que se poderia chamar de solidarismo "para fora". Na realidade, poderão servir para, pelo menos, identificar sinais e tendências, quanto a possibilidades de constituição de "redes" de empreendimentos econômicos, ou mesmo sugerir a necessidade de que sejam construídas numa perspectiva socializante tendo em vista a disseminação das experiências vivenciadas por todos. As práticas voltadas para a construção de espaços de trabalho e de vida (para a coesão interna dos empreendimentos) e aquelas identificadas como sendo de comprometimento político mais amplo, através da disseminação de formas de sociabilidade opostas àquelas típicas de empreendimentos econômicos capitalistas, e calcadas em princípios associativistas e solidários, deverão fundamentar a dimensão que se pretende captar nessa "realidade polimorfa e difusa" que se multiplica impulsionada pela crise da "sociedade do trabalho".

A sustentabilidade sócio-econômica e as mudanças operadas na qualidade de

vida dos participantes serão consideradas como resultantes da existência dos empreendimentos e como critérios para apontar tendências a serem identificadas. Ou seja, das relações que se possam estabelecer entre "grau de solidarismo" e "causas dominantes", combinadas aos resultados alcançados em termos de "sustentabilidade sócio-econômica" e "qualidade de vida", deverão surgir inferências de natureza qualitativa que permitam perceber tendências passíveis de serem utilizadas politicamente pelas entidades representativas dos trabalhadores para dar uma melhor organicidade classista a suas lutas por uma sociedade justa e igualitária. Trata-se de uma questão política estratégica da maior importância para reforçar a ação sindical no embate direto com o capital. A construção de "espaços de trabalho e de vida", associativistas e solidários, motivada contraditoriamente pela "crise do trabalho" poderá ser, sobretudo, direcionada para o esvaziamento do "exército de reserva". Na atualidade, este constitui-se um dos trunfos mais importantes dos capitalistas utilizado para precarizar "postos de trabalho" e deteriorar salários, fomentando um verdadeiro "horror econômico" para aqueles que ainda retiram seu sustento sob o jugo de relações de exploração impostas por esta classe e sancionadas pelo Estado.

Esquemáticamente, o referencial de análise pode ser assim representado:

Grau de Solidarismo

Sustentabilidade	Sócio-Econômica e Qualidade de Vida
	Causas Dominantes

Há o reconhecimento da existência de mútua determinação entre as categorias utilizadas para análise da diversidade dos empreendimentos. Uma pode servir de reforço às demais: o que é determinante torna-se determinado e os resultados (sustentabilidade sócio-econômica e qualidade de vida) sempre serão importantes para a coesão interna dos EES.